

**A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA  
EM PEDRAS NEGRAS:**  
a narrativa de uma docente e o projeto raiz

**QUILOMBOLA EDUCATION  
IN PEDRAS NEGRAS:**  
teacher's storytelling and the raiz project

YASMIM PRATA VILLAR MARCELINO<sup>1</sup>

NORMA RODRIGUES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

Data em que o trabalho foi submetido: **23/02/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **22/04/2024**

---

<sup>1</sup> Graduada em História licenciatura pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [profa.yasmimprata@gmail.com](mailto:profa.yasmimprata@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [normadeoliveira112@gmail.com](mailto:normadeoliveira112@gmail.com)

## **A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM PEDRAS NEGRAS: a narrativa de uma docente e o projeto raiz**

### **RESUMO**

O Projeto Raiz no Vale do Guaporé buscou promover uma educação de qualidade, fundamentada em consciências históricas e experiências sociais. O artigo investiga como se desenvolvia a educação na região de Pedras Negras antes e após a implementação do Projeto Raiz. O objetivo central é dialogar sobre a formação docente no curso de licenciatura em história, com foco específico na análise do contexto histórico de Pedras Negras. Além disso, examina-se a educação local com base na Base Nacional Comum Curricular e na Lei de Diretrizes e Bases. Os métodos utilizados na pesquisa incluem abordagens qualitativas, quantitativas e entrevistas estruturadas. A professora Raimunda Erineide Rodrigues da Silva foi entrevistada, oferecendo uma visão detalhada sobre a realidade educacional na Escola Municipal Euclides da Cunha e suas vivências pedagógicas. Este estudo proporciona uma compreensão aprofundada das transformações e desafios enfrentados pela educação na região, destacando a importância da formação contínua e do engajamento comunitário.

**Palavras-chave:** Educação quilombola. Projeto Raiz. Formação docente. Quilombo. Rondônia

## **QUILOMBOLA EDUCATION IN PEDRAS NEGRAS: teacher's storytelling and the raiz project**

### **ABSTRACT**

The Raiz Project in the Vale do Guaporé aimed to promote quality education, grounded in historical awareness and social experiences. The article investigates how education in the Pedras Negras region developed before and after the implementation of the Raiz Project. The central objective is to discuss teacher training in the history degree course, with a specific focus on analyzing the historical context of Pedras Negras. Additionally, local education is examined based on the National Common Curricular Base and the Law of Guidelines and Bases. The research methods used include qualitative and quantitative approaches, as well as structured interviews. Professor Raimunda Erineide Rodrigues da Silva was interviewed, providing a detailed perspective on the educational reality at Escola Municipal Euclides da Cunha and her pedagogical experiences. This study offers an in-depth understanding of the transformations and challenges faced by education in the region, highlighting the importance of continuous training and community engagement.

**Keywords:** Quilombola Education. Root Project. Teacher Training. Quilombo. Rondônia.

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado durante a disciplina de Estágio Supervisionado VI do curso de História – Licenciatura, sob a orientação do Dr. Fernando Fernandes Roque. O objetivo deste estágio é proporcionar aos alunos a oportunidade de reconhecer e vivenciar atividades educacionais que ocorrem fora do sistema de ensino padrão (Rondônia, 2016). Dessa forma, buscamos compreender realidades educacionais diversas, além das tradicionais urbanas, explorando experiências sociais em contextos como escolas comunitárias, sindicatos, áreas rurais, instituições religiosas, comunidades indígenas e ribeirinhas, bem como no atendimento a alunos com necessidades especiais e entre outros. Neste caso, as estagiárias optaram pela temática “Educação Quilombola” no Estado de Rondônia.

A escravidão no Brasil teve início no período colonial, no século XVI, com a utilização da mão de obra indígena. Posteriormente, ainda no século XVI, a mão de obra passou a ser predominantemente africana, com a autorização da importação de negros, baseada na ideologia hegemônica de que esses indivíduos eram inferiores.

Segundo Almeida (2013) ao chegarem ao Brasil, os africanos se tornaram a força de trabalho dos homens brancos, sendo essenciais nas lavouras, engenhos, casas e em trabalhos domésticos. No entanto, não era qualquer pessoa que podia escravizar um negro. Essas pessoas eram vendidas como mercadoria cara e valorizada; para comprar um escravizado, era necessário possuir muito dinheiro, pois na época, um escravo era mais valioso do que seda ou uma casa.

Durante o período colonial e pós-colonial, ocorreram surtos de exploração de ouro e coleta de drogas do sertão no norte do Brasil, principalmente na região que mais tarde seria chamada de Amazônia. Essa área era então pouco povoada por portugueses e outros estrangeiros. Esses surtos levaram algumas empresas a enviar bandeirantes para explorar esses recursos de interesse, além de procurar indígenas para o trabalho escravo. A exploração aurífera em Cuiabá, São Paulo, acabou se esgotando, levando esses bandeirantes a se dirigirem para a Amazônia, especificamente para o vale do Guaporé (Junior, 2011).

A aplicação da escravidão na Amazônia começou efetivamente no século XVIII, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Porém, os

escravizados começaram a fugir, cometendo atos como assassinato de senhores, cantos nas senzalas e fugas para as matas e sertões. Por conta dessas fugas, algumas comunidades foram fundadas, conhecidas como quilombos (Almeida, 2013).

Gomes (2015) ressalta que ao falar de quilombos, geralmente se pensa nos negros que foram escravizados por brancos. No entanto, as práticas de fuga já eram utilizadas antes da chegada dos africanos, sendo praticadas pelos indígenas. Antes da chegada dos africanos, o uso da mão de obra indígena era extremamente comum. Com a chegada dos negros africanos, essa intensa utilização de mão de obra indígena diminuiu, mas não desapareceu. Além do mais, com a chegada dos africanos escravizados ao Brasil, principalmente na Amazônia, houve uma troca cultural entre indígenas e africanos. Na Amazônia, a classe hegemônica chamava as fugas indígenas de "mocambos de índios".

Segundo Silva (2010) os primeiros quilombos do Vale do Guaporé eram dominados de Quariterê ou Piolho, tendo a figura em destaque a Rainha Tereza de Benguela, entretanto, estes quilombos foram invadidos em 1770 e 1798. Já os Quilombos de Pedras Negras e Santo Antônio permanece próximo ao Forte príncipe da Beira, localizado em Costa Marques/RO.

Conclui-se que a história da escravidão no Brasil revela um período sombrio marcado pela exploração de africanos e indígenas, cujas mãos foram forçadas a construir a riqueza de uma elite colonial. A chegada dos africanos como escravizados transformou profundamente a sociedade brasileira, impondo um sistema cruel de subjugação e privação de direitos básicos. No entanto, diante das condições desumanas, surgiram resistências como os quilombos, onde os escravizados buscavam liberdade e autonomia. A história dessas comunidades, como os Quilombos de Pedras Negras e Santo Antônio, é um testemunho de perseverança e luta contra a opressão. A memória desses quilombos não apenas ilumina um passado de resistência, mas também ressalta a necessidade contínua de reconhecer e preservar a herança cultural e a luta por justiça social que eles representam.

## **O QUILOMBO E A INTRODUÇÃO DOS AFRICANOS NO VALE DO GUAPORÉ**

Quando pensamos em quilombos, geralmente nos vem à mente o conteúdo da história do Brasil e o feriado da Consciência Negra, especialmente em relação ao Quilombo dos Palmares. No entanto, a "quilombagem" ocorreu em várias partes da

América, sendo conhecida por outros nomes, como marronagem, cumbe e palenques. Souza (2021) apresenta um panorama das mudanças e permanências relacionadas ao conceito de quilombo no Brasil desde sua origem. Ele destaca que, entre 1643 e 1889, o termo quilombo se referia à fuga de mais de cinco negros, caracterizada pelo isolamento da civilização. Em 1980, Abdias do Nascimento ressignificou o termo quilombo, definindo-o como quilombismo, um movimento político inspirado pela República de Palmares.

Em 1988, a Constituição Federal reconheceu os "remanescentes de quilombos", garantindo a posse das terras ocupadas por essas comunidades. O artigo 68 declara: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (Brasil, 1988). Em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) resgatou o termo quilombo para se referir à "resistência negra". A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) revisou os conceitos de etnia, identidade e política, chamando essas comunidades de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Em 1995, o INCRA adotou o termo Comunidade Quilombola ou Território Quilombola. Em 2003, com o decreto nº 4887, o termo mudou para Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, reconhecendo essas comunidades como grupos étnico-raciais com relações sociais e territoriais específicas com a ancestralidade negra.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) começou a emitir certidões para as comunidades quilombolas. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), utilizando o termo comunidades quilombolas. Em 2007, Adelmir Fiabani ressignificou o termo para quilombo contemporâneo. A história do quilombo Pedras Negras formou-se em uma sociedade que abrigava os pretos fugitivos do sistema escravista, onde muitos sujeitos excluídos da sociedade colonial e de distintas etnias formaram senso de comunidade e família, para o povo preto, é evidente que o quilombo representava ligações ancestrais, pois estavam juntos povos semelhantes do mesmo continente, ainda que não fosse sua família de sangue, era mais seguro.

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em

metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista (Nascimento, 2013, p. 4)

O período colonial foi o período em que mais se formou quilombos, um dos mais conhecidos é o quilombo dos Palmares na serra da Barriga, que hoje é o atual Estado de Alagoas. O quilombo dos Palmares chegou a atingir a quantidade de mais de 30 mil indivíduos e seus principais líderes foram Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares (Villarinho, 2021).

A história do quilombo Pedras Negras tem suas raízes na ambição dos portugueses pelo ouro no século XVIII. Foi nesse período que Rolim de Moura estabeleceu um destacamento militar no local conhecido como Sítio das Pedras, com o objetivo de impedir a entrada de estrangeiros, principalmente espanhóis, na margem direita do rio Guaporé, considerada o lado "brasileiro". A margem esquerda era dominada pelos espanhóis. (Silva, 2011)

Durante os séculos XVIII e XIX, o local foi abandonado e despovoado pelos portugueses, tornando-se uma referência de moradia para populações negras da época. Pedras Negras era inicialmente um refúgio para escravos foragidos de Vila Bela, São Vicente e Casal Vasco, além de abrigar ex-militares e mulatos. Posteriormente, a região foi alvo da exploração europeia em busca de plantas medicinais, conhecidas como poaieiro. Para essa exploração, foram recrutados nordestinos, bolivianos e outros trabalhadores. (Silva, 2011)

Economicamente, a comunidade de Pedras Negras se dedicava à extração da borracha e da poaia, vendendo suas produções para os regatões e, principalmente, para a Guaporé Rubber Company. No século XX, a comunidade cresceu devido ao *boom* da borracha. No entanto, na década de 1960, houve um declínio populacional com o fim desse ciclo econômico. (Silva, 2011)

Na década de 1970, o governo federal implementou projetos de migração para povoar as terras consideradas "desabitadas". Com isso, surgiram reservas ambientais e a presença de entidades ambientalistas. Atualmente, a comunidade vive de atividades como coleta de castanha, pesca, agricultura e turismo. (Silva, 2011)

Foi no século XX, com movimentos liderados pelos próprios negros, que a causa da posse de terras para os quilombolas ganhou força. Esses movimentos incluem o movimento negro das décadas de 1930 e 1940, o Movimento Negro Unificado das décadas de 1970 e 1980, e, finalmente, a Constituição de 1988, que assegurou o

reconhecimento da propriedade aos quilombolas. O artigo 68 da Constituição de 1988 declara: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Além disso, os artigos 215 e 216, parágrafo 5º, da Constituição reconhecem os direitos culturais, incentivando e apoiando a valorização da cultura, bem como a organização do patrimônio cultural. Toda a documentação referente à história dos diversos grupos culturais brasileiros deve ser preservada.

Diante do exposto, a história dos quilombos, como o Quilombo das Pedras Negras, exemplifica a resistência e a resiliência das comunidades afrodescendentes nas Américas. Ao longo dos séculos, esses espaços não apenas serviram como refúgio para os escravizados fugitivos, mas também como centros de preservação da identidade cultural e da autonomia territorial. Através de períodos turbulentos da história brasileira, desde a exploração do ouro até os movimentos sociais do século XX, os quilombolas se perseveraram, adaptando-se às mudanças e lutando pelo reconhecimento de seus direitos. Com o respaldo da Constituição de 1988, essas comunidades foram finalmente reconhecidas como propriedades cujos títulos devem ser assegurados pelo Estado, consolidando sua importância histórica e cultural na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

A Educação Quilombola e sua inserção no sistema curricular são relativamente recentes, tendo sido introduzidas na década de 1980 após muitas discussões. Mesmo com essa introdução, a repressão educacional e étnica por parte das escolas fora dos quilombos continuou a ocorrer. (Campos; Gallinari, 2017).

No entanto, a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, possibilitou a implementação de escolas dentro dos próprios quilombos. Essas escolas passaram a oferecer uma educação baseada nas raízes e ancestralidades das comunidades quilombolas. Um exemplo notável dessa iniciativa é a escola Euclides da Cunha no Vale do Guaporé.

A introdução dessas diretrizes permitiu que a educação nas comunidades quilombolas fosse adaptada às suas especificidades culturais, valorizando a história, as tradições e os conhecimentos ancestrais. Isso representou um passo importante na luta contra a repressão educacional e étnica, proporcionando às novas gerações quilombolas uma formação mais integrada à sua identidade e realidade.

Primeiramente, ao falar de educação, é importante destacar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que dialoga com a Constituição Federal sobre a educação brasileira. No que se refere à educação quilombola, o artigo 28 mostra a adaptação da educação básica para a população rural e quilombola, envolvendo:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Brasil, 2023, p.24)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é utilizada como referência obrigatória nos ensinos fundamental e médio do Brasil, garantindo os direitos humanos, democráticos e de inclusão. A BNCC oferece competências e habilidades para orientar os professores na condução das aulas e os estudos dos alunos. Dentro da BNCC, há 12 menções aos quilombos, sendo a 5ª menção especialmente significativa, introduzindo o estudo dessas comunidades nas disciplinas de Geografia e Ciências Humanas.

Além da BNCC, que é uma referência nacional, no Estado de Rondônia existe o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (RCRO). O RCRO estabelece um capítulo específico chamado “Modalidade de Ensino – A diversidade na formação humana”, que inclui o subcapítulo “Educação Quilombola”. Esse referencial regional complementa a BNCC, oferecendo diretrizes mais específicas para a educação quilombola no contexto local:

O Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação, no que se refere à oferta de Ensino Fundamental e Médio em escolas localizadas em Áreas Quilombolas, atende um total de 161 (cento e sessenta e um) alunos, sendo 95 (noventa e cinco) de Ensino Fundamental e 66 (sessenta e seis) de Ensino Médio. A oferta ocorre em 06 (seis) comunidades distribuídas em 02 (duas) CREs: São Francisco e Rolim de Moura (Brasil, 2012, p. 81)

De acordo com o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (2012), a escola comum estabelece um diálogo com a educação quilombola. Os quilombos de Rondônia são distintos, possuindo sua própria cultura e propostas pedagógicas específicas, as quais serão integradas às suas próprias instituições de ensino conforme o artigo 1º:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução. § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (Brasil, 2012, p. 3)

De acordo com o Plano Estadual de Educação de Rondônia (PEE/RO)<sup>3</sup> de 2014, a educação quilombola emerge como um novo objeto de estudo, apresentando peculiaridades próprias, especialmente pelo contexto rural em que se insere. Nesse contexto, a educação oferecida para as áreas rurais é adaptada às realidades das comunidades e das regiões em que estão inseridas.

Um exemplo concreto dessa adaptação é o calendário escolar, o qual é ajustado de acordo com o ciclo agrícola e as condições climáticas locais. Essa flexibilidade no planejamento educacional permite uma integração mais eficaz entre a escola e o cotidiano das comunidades quilombolas, considerando suas atividades agrícolas e as demandas específicas de cada período do ano.

Além dos estudantes quilombolas, a escola atende também ribeirinhos e outras populações que residem no Vale do Guaporé. O atendimento é feito com adaptações referentes aos conteúdos educacionais, como sugestões de currículo, necessidades dos estudantes em termos de materiais didáticos, recursos educacionais, alimentação e outras necessidades básicas. Essa abordagem visa garantir uma educação inclusiva e adequada às demandas locais, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e o fortalecimento das comunidades quilombolas.

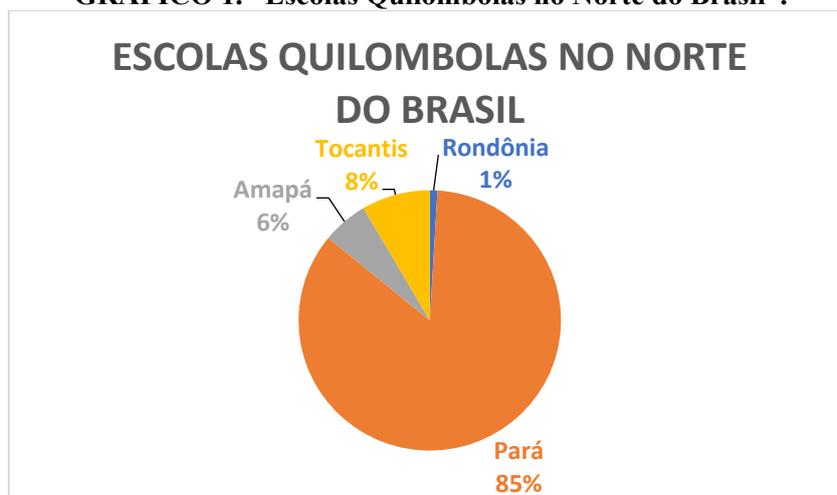
---

<sup>3</sup> Disponível em:

<[www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/NORMATIVAS%20SITE/Plano\\_Estadual\\_Educacao\\_2014\\_a\\_2024.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/NORMATIVAS%20SITE/Plano_Estadual_Educacao_2014_a_2024.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Em 2003, a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC) lançou o projeto "Ensino Médio no Campo de Rondônia"<sup>4</sup>, alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais e com ênfase em Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia, visando fortalecer a produção agrícola. Este projeto representa um diálogo importante com o meio rural e suas especificidades, mas mesmo com sua importância, apenas 1% de escolas quilombolas em Rondônia como aborda o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 1. “Escolas Quilombolas no Norte do Brasil”.**



Fonte: MEC (2022)<sup>5</sup>

Posteriormente, em 2007, a Secretaria de Estado da Educação elaborou um novo Plano Educacional para o Ensino Médio do Campo, ampliando sua abrangência para além da agricultura, incluindo os povos que habitam a floresta, comunidades quilombolas, pescadores e extrativistas. Esse plano reflete uma preocupação em atender à diversidade sociocultural presente no contexto rural de Rondônia.

## **A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA PEDRAS NEGRAS E O PROJETO RAIZ**

Antes de abordarmos a professora criadora do Projeto Raiz e o próprio projeto, é importante destacar a situação da educação no quilombo Pedras Negras. Conforme

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/06/Doe-10\\_06\\_2016.pdf](https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/06/Doe-10_06_2016.pdf)>. Acesso em: 28 de mai. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/materiais-publicados>>. Acesso em: 23 de mar. 2022

relatado pela Veja Rondônia (2018), a formação educacional abrangia da primeira à quarta série e enfrentava muitos desafios. Os pais precisavam retirar seus filhos da escola e levá-los para outro lugar para completar as etapas restantes do ensino fundamental, ou a criança repetiria sempre a mesma série.

Em relação ao começo da implementação da educação no quilombo Pedras Negras, um bispo chamado Dom Xavier Rey recrutou mulheres para exercer a profissão de professora nas comunidades do Vale do Guaporé. Antes de assumirem suas funções, essas mulheres precisaram passar pelo Instituto Santa Terezinha, onde foi formada a primeira turma de professoras do Vale do Guaporé. Após a formação, Rey estabeleceu a primeira escola da comunidade Pedras Negras em 1937 e enviou duas alunas formadas pelo instituto, Estela Lemos Madeira e Eremita Cordeiro, para atuarem como professoras. Elas foram escolhidas devido à maior densidade populacional daquela localidade em comparação com outras áreas quilombolas. Além disso, como suporte adicional para a comunidade, Rey enviou duas auxiliares de sala, Eremita Saldanha e Antônia Quintão, que também eram suas amigas próximas. (Nascimento, 2014)

Até 2008, a educação na comunidade de Pedras Negras era deficiente, obrigando muitos pais a deixar a comunidade em busca de melhores oportunidades de estudo para seus filhos. Segundo o documentário “Quilombos do Guaporé: Comunidade Pedras Negras” (2018)<sup>6</sup>, se o Projeto Pedras Negras tivesse sido implementado anteriormente, essas famílias não teriam precisado sair. Após a introdução do projeto, foi também estabelecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA), proporcionando melhores oportunidades educacionais dentro da própria comunidade.

O principal objetivo desse projeto é preservar a cultura local e contratar profissionais da própria comunidade para atuar como educadores. Anteriormente, ao concluírem a quarta série, os alunos precisavam deixar a comunidade e, muitas vezes, não retornavam. Atualmente, eles concluem seus estudos e só saem da comunidade para cursar o ensino superior. (Veja Rondônia, 2018).

O projeto não se limita à educação, pois abrange aspectos culturais, religiosos e sociais da comunidade. Dessa forma, a escola funciona como instituição de ensino e centro comunitário. Em entrevista, a professora Raimunda Erineide Rodrigues da Silva,

---

<sup>6</sup> Este é documentário do Veja Rondônia, já passado anteriormente.

do Quilombo Pedras Negras, que atua na Escola E.M.F. Euclides da Cunha, destacou a importância desse trabalho para a comunidade.

Atualmente, Raimunda é professora nível III - Secretária de Estado da Educação. Atua como professora e coordenadora pedagógica na comunidade Quilombola de Pedras Negras/SF/RO. É importante ressaltar que Raimunda se casou com um quilombola e vive na comunidade, o que lhe permitiu observar de perto a necessidade de um projeto voltado para a educação e o desenvolvimento social. Com essa perspectiva, ela desenvolveu e continua a desenvolver projetos de políticas sociais destinados aos remanescentes de quilombos do Estado de Rondônia.

A conversa foi feita pelo aplicativo WhatsApp por conta da distância entre Porto Velho/RO e Pedras Negra/RO.

Meu nome é Raimunda Erineide Rodrigues Pinheiro, sou funcionária da SEDUC de Rondônia efetiva, atualmente trabalho na comunidade quilombola Pedras Negras, sou moradora, casei com um quilombola, liderança quilombola, família Pinheiro e sou professora há 27 anos. Atuo nas comunidades tradicionais do vale do Guaporé no ano de 2004, onde criamos o projeto "raízes", e é justamente para manter viva a presença histórica dos povos guaporeanos dentro das suas próprias comunidades, onde, através da educação, já conseguimos 3 professores com nível superior. (Oliveira; Marcelino, 2021)

Na entrevista, ela afirma ser funcionária efetiva da SEDUC e atualmente trabalha na comunidade quilombola onde reside. Ela é casada com um líder quilombola da família Pinheiro. Com 27 anos de experiência como professora, ela atua na comunidade do Guaporé desde 2004, onde desenvolve seus projetos, incluindo o "Projeto Raiz"<sup>7</sup>, com o objetivo de manter viva a presença histórica dos povos guaporeanos dentro de suas próprias comunidades.

Em relação à educação, ela é diferente da escola pública formal, um dos pontos para Alencar são as dificuldades do transporte, participação das diversidades culturais que na escola formal acontece como jogos estudantis, projeto de música e entre outros, e outra questão também, são as salas multisseriadas, pelo fato de não existir professores com formações específicas para a área. Hoje a comunidade se sente bem à frente das outras comunidades, pelo fato de termos um professor formado em matemática, português, e dois pedagogos, mas tem vários desafios que esses alunos enfrentam na escola do quilombo, não só aqui, mas em geral. (Oliveira; Marcelino, 2021)

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://mecdb4.c3sl.ufpr.br:8443/rest/bitstreams/50547/retrieve>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

No decorrer da conversa, a professora enfatizou que a educação no quilombo é diferente da educação urbana, principalmente devido aos desafios logísticos: os transportes são realizados por barcos, e não por ônibus, e a alimentação é adquirida por meio de aviões ou barcos. Além disso, destacou a participação na diversidade cultural, como os jogos estudantis, oferta de disciplinas em salas multisseriadas<sup>8</sup> e a falta de professores capacitados nas áreas.

Essa carência não é exclusiva do Quilombo Pedras Negras, mas é um problema em toda a região Norte, onde há uma escassez de professores funcionais. Em Rondônia, estado onde o quilombo está localizado, não há concurso público para professores desde 2016<sup>9</sup>, e as vagas para o ensino fundamental I e II, ensino médio e EJA são preenchidas por processos seletivos temporários<sup>10</sup>.

Segundo Bento (2013), a política de interiorização educacional na região Norte foi descontinuada pelo poder público com o objetivo de assegurar o acesso à educação para comunidades quilombolas e indígenas. Entretanto, verifica-se uma notável deficiência na qualificação dos professores que atuam nos quilombos, e também sobre sua contratação. O acesso a essas comunidades é majoritariamente realizado por via fluvial, e a distribuição de professores provenientes de instituições públicas apresenta-se desigual. Além disso, muitos dos docentes não possuem formação superior ou não são especializados na área em que lecionam, limitando-se apenas a cumprir a carga horária exigida.

No contexto dos quilombos, esses desafios se agravam devido à complexidade da gestão escolar e à distribuição e formação dos professores por parte do estado e município. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, em seu artigo 8º, enfatiza que os princípios da educação escolar quilombola incluem a "formação inicial e continuada para atuar na Educação Escolar Quilombola" (Brasil, 2012, p. 6). No entanto, mesmo com a previsão de formação continuada, a realidade é preocupante. Por exemplo, como já citado pela professora, no quilombo Pedras Negras, há apenas um professor de matemática, um de português e dois pedagogos. Diante deste cenário, questiona-se: onde estão os demais

---

<sup>8</sup> Sala com vários alunos de níveis e idades diferentes presentes no espaço com um mesmo professor.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/2292016-237-abertura-de-concurso-publico-seduc-ro/>>. Acesso em: 30 de mai. 2024.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/29-2-2024-edital-n-27-2024-segep-gcp-abertura-processo-seletivo-simplificado-seduc-2024-professor-cuidador-interprete-libras/>>. Acesso em: 30 de mai. 2024.

profissionais necessários para uma educação de qualidade que faça diálogo com o conhecimento da comunidade?

As modalidades de ensino que são ofertadas são o EJA, a mediação tecnológica, e todas essas modalidades temos alunos matriculados, temos fundamental, I II, educação infantil, e EJA. Em relação as aulas fora de classe, temos por conta dos festejos tradicionais como: a festa de são João, são Francisco de Assis, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, esses festejos são realizados através de projetos, e as aulas são feitas fora de aula, inclusive, quando preparam os festejos com a matriarca da comunidade os alunos participam fazendo os bolos tradicionais, sorteio, arrumaria também, cantorias e entre outros. As dificuldades são os acessos, por ser uma comunidade isolada, onde o acesso é apenas por água ou avião. A merenda escolar vem de 2 em 2 meses, e somos aparados à esses benefícios. Na formação continuada dos professores, eu sempre ressalto que foi através do projeto raiz, onde cadastramos todas as comunidades e as escolas do vale do Guaporé na secretaria de estado e educação, na época em que criei junto com o Marco Teixeira, já criamos uma coordenaria da educação própria para as comunidades tradicionais então, é de conhecimento do público que, a formação continuada para os professores é de grande valor, inclusive, trabalhamos com todo estado enquanto coordenação, principalmente na lei 10.639 de 2003; A lei 08 que está embasada por toda parte da educação dessas comunidades quilombola. (Rodrigues; Marcelino, 2021)

O mais interessante dessa entrevista são os resgates históricos que eles próprios trazem consigo. Um exemplo disso são os festejos que preservam e celebram sua cultura, incorporando consciência histórica, memória e identidade. Embora esses conceitos sejam distintos, eles estão profundamente entrelaçados, uma vez que juntos são entendidos como a construção e percepção do passado por grupos humanos que compartilham experiências coletivas.

Além disso, destacamos a importância da formação continuada, a qual foi promovida pelo Projeto Raízes. Nesse projeto, as comunidades do Vale do Guaporé se cadastraram e, por meio desse mapeamento educacional, foi estabelecida uma coordenação de educação específica para essas comunidades. De acordo com o Capítulo IV da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, a formação continuada está vinculada à admissão de profissionais licenciados por meio de concursos públicos. Considera-se que os professores que atuarão na região devem ser, preferencialmente, quilombolas. Dada a experiência prévia desses professores na educação e nos saberes tradicionais, a metodologia educacional deverá fluir de maneira eficaz.

Em conclusão, a implementação da educação quilombola na comunidade de Pedras Negras enfrentou inúmeros desafios, incluindo a citação de profissionais, logística e formação continuada dos professores. A formação das turmas respeitou as demandas da

comunidade, com a igreja desempenhando um papel crucial ao inscrever-se e apoiar a criação da escola. Em 2004, o projeto Raízes trouxe uma mudança significativa, particularmente para a professora Raimunda, que se desenvolveu juntamente com a comunidade. Esse projeto promoveu a formação de profissionais locais e garantiu uma educação de qualidade que respeita a identidade cultural e religiosa. Além disso, ajudou a evitar a evasão escolar e o deslocamento dos alunos para outras localidades, permitindo que eles completassem o ensino básico. O projeto valorizou a identidade cultural e proporcionou um ambiente de aprendizado adequado dentro da própria comunidade, fortalecendo a coesão e a continuidade cultural local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, o Projeto Raiz no Vale do Guaporé representa um marco significativo na promoção de uma educação de qualidade, ancorada em contextos históricos e experiências sociais específicas. Este estudo revelou as transformações educacionais em Pedras Negras antes e após a implementação do projeto, evidenciando a importância da formação docente e a adaptação ao contexto histórico local.

O cenário educacional anterior era marcado por limitações severas, forçando muitas famílias a buscar alternativas fora da comunidade, um desafio que foi gradualmente superado com a introdução do Projeto Raiz e a subsequente implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O projeto não apenas melhorou o acesso à educação, mas também desempenhou um papel crucial na preservação cultural e no fortalecimento da identidade local. Ao integrar aspectos culturais, religiosos e sociais, a escola se consolidou como um centro de aprendizado e um polo comunitário, evidenciando a multifacetada contribuição da educação para o desenvolvimento integral da região.

Em suma, o Projeto Raiz demonstra como iniciativas educacionais bem estruturadas podem transformar realidades, promover a equidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, reforçando a necessidade de políticas educacionais que respeitem e valorizem as especificidades culturais e históricas dos contextos em que são implementadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta. **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social** (ANPUH), 2013.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva et al. A educação na região Norte: apontamentos iniciais. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 140-175, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada até 2023. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 01 de jun. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Artigo 68**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=AD&abrirArtigo=68>>. Acesso em: 01 de jun. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Artigo 215**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=215>>. Acesso em: 01 de jun. 2024
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Artigo 216**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=215>>. Acesso em: 01 de jun. 2024.
- CAMPOS, Margarida CASSIA; GALLINARI, Tainara Sussai. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Revista Nera, n. 35, p. 199-217, 2017.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.
- JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. **Negros do Guaporé: O Sistema Escravista e a Territorialidades Específicas**. Ruris. Vol. 5, n. 2. 2011.
- NASCIMENTO, Sílvio Melo do; COLARES, Anselmo Alencar. **A escola de Dom Francisco Xavier Rey: história da formação de professoras no Vale do Guaporé**. 2014.
- NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, p. 197-218, 2009.

**RONDÔNIA. Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental.** Porto Velho: SEDUC, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5816332-Estado-de-rondonia-ensino-fundamental.html>>. Acesso em: 23 de mar. 2022

**RONDÔNIA. Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História.** Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, 2016. Disponível em: <<https://historia.unir.br/uploads/47474747/arquivos/Regulamentos%20diversos/Regulamento%20do%20Estagio%20Supervisionado.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. 2024.

SILVA, Raimunda Erineide Rodrigues. **Uma contribuição ao estudo dos falares das comunidades quilombola do Vale do Guaporé.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Rondônia, 2010.

SOUZA, João Batista Alves. **As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense.** TotalBookds. 2021.

TEIXEIRA, Elisa Ferreira. ABDIAS NASCIMENTO E O PAN-AFRICANISMO: dizeres, saberes e experiências no autoexílio (1968-1981). In: **II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste “Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas.** 2019.

VEJA RONDÔNIA. Documentário: **Quilombos do Guaporé "Comunidade Pedras Negras"**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WdkrmiXn9kc&t=2186s>>. Acesso em: 29 maio 2024.

VILLARINHO, Rayanne Matias. **Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga-Alagoas (1986-2017).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2021.